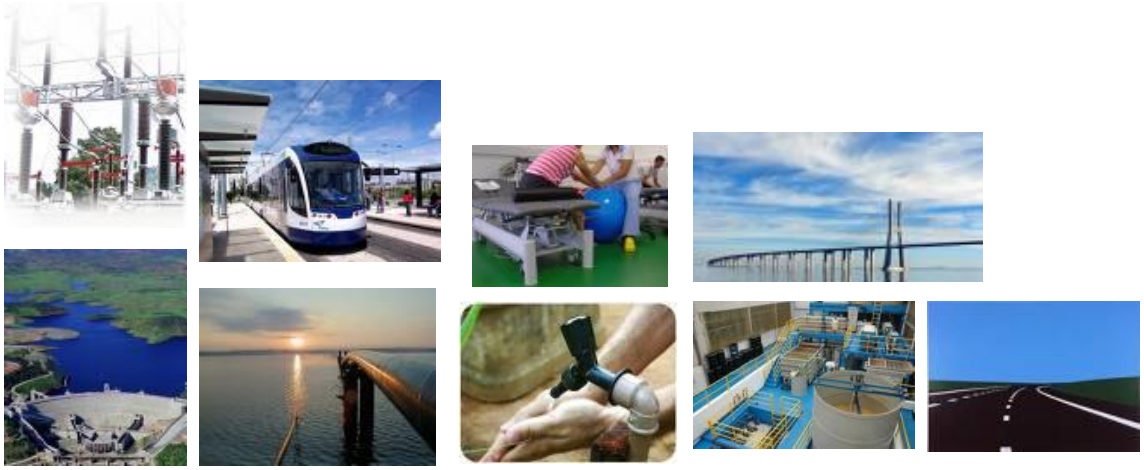
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
Direção-Geral do Tesouro e Finanças

GASEPC – GABINETE DE ACOMPANHAMENTO DO SECTOR EMPRESARIAL DO ESTADO, PARCERIAS E CONCESSÕES

Boletim Informativo
Parcerias Público-Privadas e Concessões

4.º Trimestre 2011



ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO ---------- 3

PARTE - A - PPP ---------- 4

1. O UNIVERSO DAS PPP ---------- 4

2. EVENTOS RELEVANTES NA ÁREA DAS PARCERIAS ---------- 6

2.1. Sector Rodoviário ---------- 6

2.2. Sector Ferroviário ---------- 8

2.3. Sector da Saúde ---------- 8

3. FLUXOS FINANCEIROS DAS PARCERIAS ---------- 9

3.1. Encargos Líquidos Globais ---------- 9

3.2. Encargos por Sector ---------- 11

3.2.1. Sector Rodoviário ---------- 11

3.2.2. Sector Ferroviário ---------- 13

3.2.3. Sector da Saúde ---------- 14

3.2.4. Outros Sectores ---------- 15

4. PPP - NOTAS FINAIS ---------- 16

5. PPP - ANEXOS ---------- 17

PARTE - B - CONCESSÕES ---------- 19

6. O UNIVERSO DAS CONCESSÕES ---------- 19

7. EVENTOS RELEVANTES NA ÁREA DAS CONCESSÕES ---------- 20

7.1. Sector do Ambiente – Saneamento, Águas e Resíduos ---------- 20

7.2. Sector Energético ---------- 21

7.3. Sector Portuário ---------- 22

8. FLUXOS FINANCEIROS DAS CONCESSÕES ---------- 23

8.1. Sector Portuário ---------- 23

9. CONCESSÕES - ANEXOS ---------- 25

SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente boletim reporta a informação do 4.º trimestre de 2011, referente a projetos desenvolvidos pelo Estado nas modalidades de parceria público-privada (PPP) e de concessão.

No 4.º trimestre de 2011 destacam-se os seguintes factos:

- *Introdução de portagens nas restantes scuts (Algarve, Beira Interior, Interior Norte e Beira Alta e Litoral).*
- *Aprovação do plano estratégico dos transportes para o período 2011-2015, o qual prevê medidas que visam assegurar a sustentabilidade financeira do sector, algumas das quais terão impacto nas parcerias rodoviárias e ferroviárias.*
- *Conclusão do Edifício Hospitalar de Loures, cuja inauguração teve lugar a 19 de janeiro de 2012.*

Em termos de fluxos financeiros das PPP, apurou-se um desvio final, face ao previsto, de 18%, em particular devido às parcerias rodoviárias, em parte, porque o Estado assegurou diretamente os pagamentos de determinados investimentos das concessões, caso contrário as obras estariam fortemente comprometidas. Na prática, estes pagamentos diretos, constituem uma antecipação de encargos que o concedente teria de suportar faseadamente, pelo que terão reflexos nos ajustamentos dos futuros pagamentos às concessões.

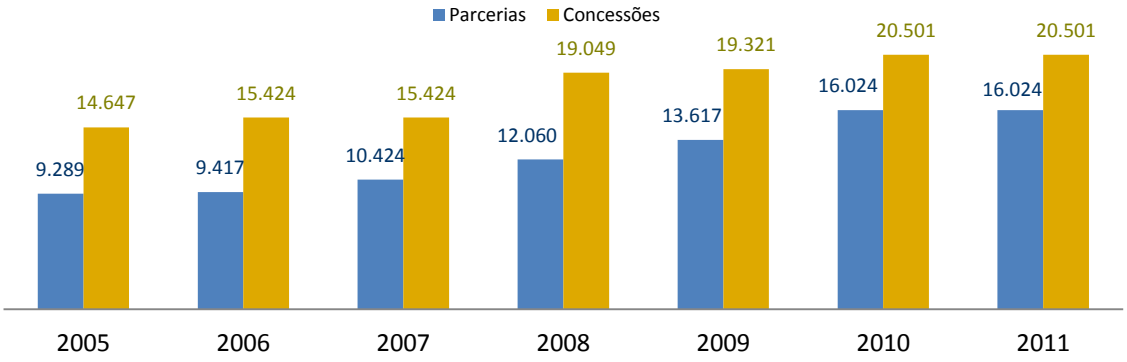
Lisboa, 15 de fevereiro de 2012

PARTE - A - PPP

1. O UNIVERSO DAS PPP

Gráfico 1.1. Evolução do Investimento acumulado

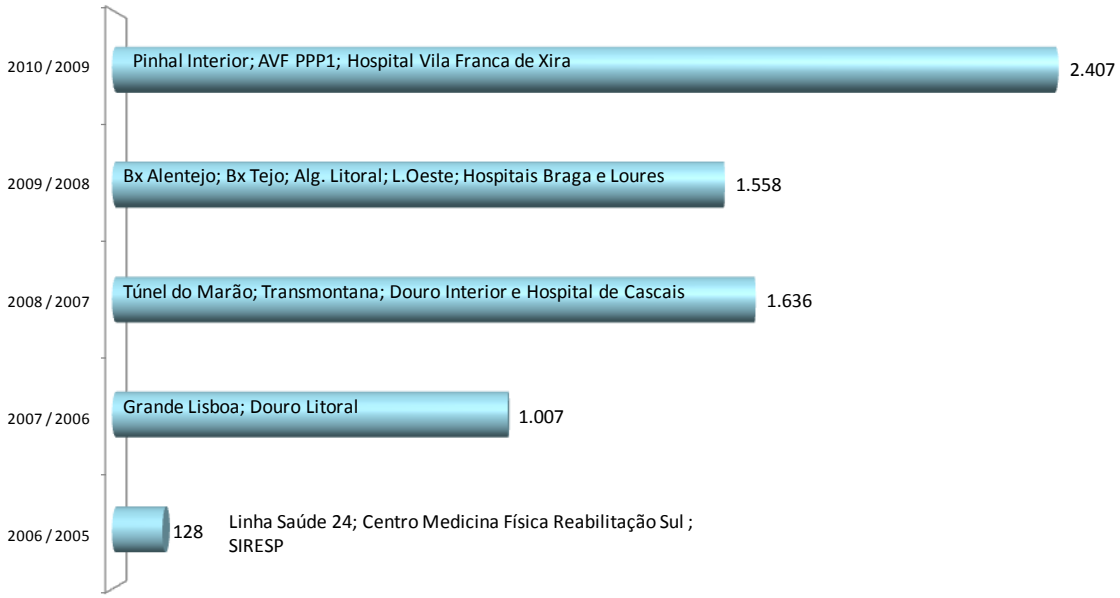
(Preços de 2011 – Milhões de Euros)



Nota: Os valores refletem os investimentos pela sua totalidade (estimados nos casos base) à data da sua contratação.
Fonte: DGTF

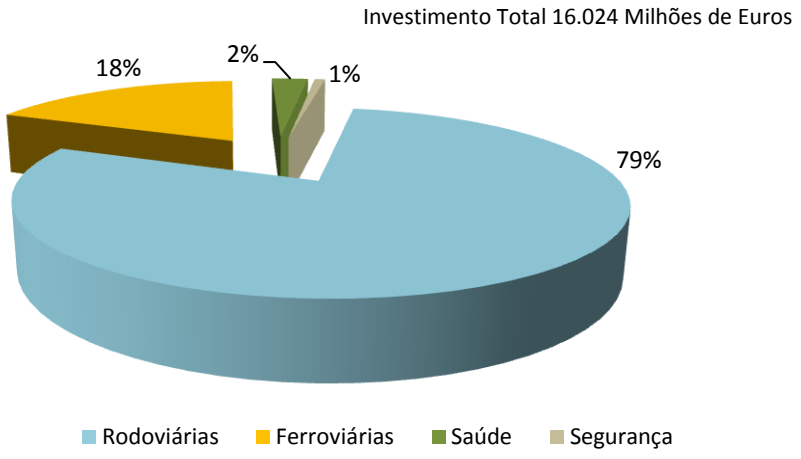
Gráfico 1.2. Variação anual / Novos Projectos em regime de PPP

(Preços de 2011 – Milhões de Euros)



Fonte: DGTF

Gráfico 1.3. Repartição do Investimento acumulado em regime de PPP por sector
(Preços de 2011 – Milhões de Euros)



Fonte: DGTF

Os contratos no sector rodoviário representam a maior fatia (79%) de investimentos em regime de PPP. De salientar que o sector rodoviário possui 23 dos 37[1] contratos em exploração ou construção.

[1] Inclui o contrato de Concessão SIEV - Sistema Identificação Electrónica de Veículos, SA (detido a 100% pela DGTF).

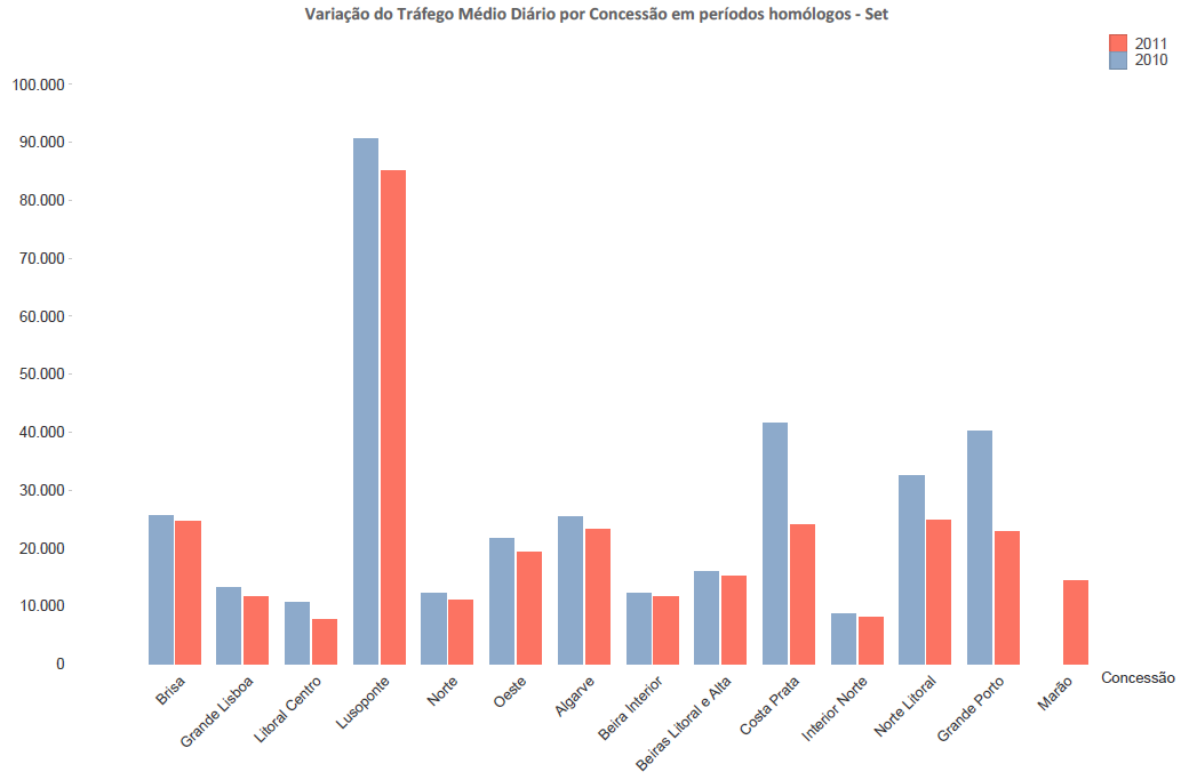
2. EVENTOS RELEVANTES NA ÁREA DAS PARCERIAS

2.1. Sector Rodoviário

Data	Evento
10-11-2011	Publicação da Resolução do Conselho de Ministros n.º45/2011 de 13 de outubro: foi aprovado o Plano Estratégico dos Transportes com horizonte para 2011-2015. O documento concretiza um conjunto de reformas estruturais, das quais no âmbito das parcerias público-privadas rodoviárias se destaca: i) Introdução de portagens para as restantes SCUTS – Algarve, Beira Interior, Beiras Litoral e Alta, Interior Norte – depois de concluído o processo de renegociação dos contratos, suspenso durante o período eleitoral; ii) Revisão dos contratos de subconcessões em construção – Transmontana, Douro Interior, Litoral Oeste, Baixo Tejo, Pinhal Interior, Algarve Litoral e Baixo Alentejo – com vista ao estudo do eventual cancelamento, suspensão ou revisão de um conjunto de troços incluídos nas subconcessões em causa. Estima-se que o impacto líquido da alteração superará os mil milhões de euros entre o CAPEX e OPEX; iii) Análise da implementação da atualização anual do valor da contribuição do serviço rodoviário que financia a concessão Estradas de Portugal, S.A. em linha com a inflação; iv) Estudo de um conjunto de cenários e medidas relativas à viabilidade financeira futura da Estradas de Portugal S.A. com objetivo de reduzir o seu volume de endividamento; v) Proceder-se-á à fusão do INIR e IMTT, duas entidades com responsabilidades regulatórias no sector dos transportes, dando lugar a um instituto publico que passará a congregar a missão, as competências e as atribuições daqueles dois institutos.
28-11-2011	Decreto-Lei n.º111/2011 de 28 de novembro – introduz o regime de cobrança de taxas de portagem nas vias correspondentes às concessões do Algarve (A22), da Beira Interior (A23), do Interior Norte (A24) e da Beira Litoral e Alta (A25).
05-12-2011	Portaria n.º 303/2011 de 5 de dezembro - fixa o montante das taxas de portagem a cobrar nos lanços e sublanços de autoestrada abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 111/2011, de 28 de novembro, bem como a respetiva fundamentação.

Fonte: Diário da República Eletrónico e DGTF.

Gráfico 2.1. Variação do Tráfego Médio Diário por Concessão em períodos homólogos - Setembro



Fonte: Inir - Relatório de Tráfego na RNA 3º Trimestre 2011

No final do 3º trimestre[2], a generalidade das concessões registava perdas de tráfego. No entanto, as concessões ex-Scuts (Norte Litoral, Costa de Prata e Grande Porto), mantém a tendência referida no trimestre anterior, no qual, registam os decréscimos de circulação rodoviária mais acentuados, face a igual período de 2010, para o que também terá contribuído a introdução de portagens.

Neste trimestre, ficaram concluídas obras em determinados troços da concessão Douro Litoral. A A32 é uma autoestrada portajada, com uma extensão de 34 quilómetros, que serve os concelhos de Santa Maria da Feira, Vila Nova de Gaia, São João da Madeira e Oliveira de Azeméis.

[2] Dados mais recentes disponibilizados pelo INIR.

2.2. Sector Ferroviário

Data	Evento
10-11-2011	No Plano Estratégico dos Transportes (aprovado na Resolução do Conselho de Ministros n.º45/2011) evidencia-se, para o sector ferroviário, o seguinte: i) Prioridade à ligação ferroviária de mercadorias entre os portos de Sines/Lisboa/Setúbal e a plataforma logística do Poceirão e Madrid com o resto da Europa, em alternativa ao anterior projeto de alta velocidade entre Lisboa e Madrid. ii) Revisão do modelo de alocação de fundos comunitários do anterior projeto para o novo, de forma a mitigar o esforço financeiro do Estado. Em relação à concessão do troço Poceirão-Caia, o contrato carece ainda de pronúncia do Tribunal de Contas. iii) Reanálise do contrato de concessão MST devido ao manifesto sobredimensionamento do projeto e da oferta prevista face à procura que efetivamente se verifica. A comissão de renegociação (nomeada, por Despacho Conjunto do Secretário de Estado e dos Transportes e do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, a 5 de março de 2011) tem como objetivo introduzir alterações que possam reduzir os encargos para o Estado Português.

Fonte: Diário da República Eletrónico

2.3. Sector da Saúde

Data	Evento
31-12-2011	Conclusão da obra referente ao novo edifício hospitalar de Loures “Hospital Beatriz Ângelo”, com abertura ao público das instalações no início de 2012. O serviço de urgências será o último serviço a arrancar. Prevê-se que esteja a funcionar, em pleno, a partir de 27 de fevereiro. O edifício estará equipado com 424 camas de internamento, 8 blocos operatórios, 44 gabinetes de consulta externa e 64 postos de hospital de dia. O hospital deverá servir uma população de 272 mil habitantes, dos concelhos de Loures, Mafra, Odivelas e Sobral de Monte Agraço.

Fonte: ACSS - Ministério da Saúde

3. FLUXOS FINANCEIROS DAS PARCERIAS

3.1. Encargos Líquidos Globais

Quadro 3.1.1. Comparação com período homólogo

Milhões de Euros (IVA incluído)

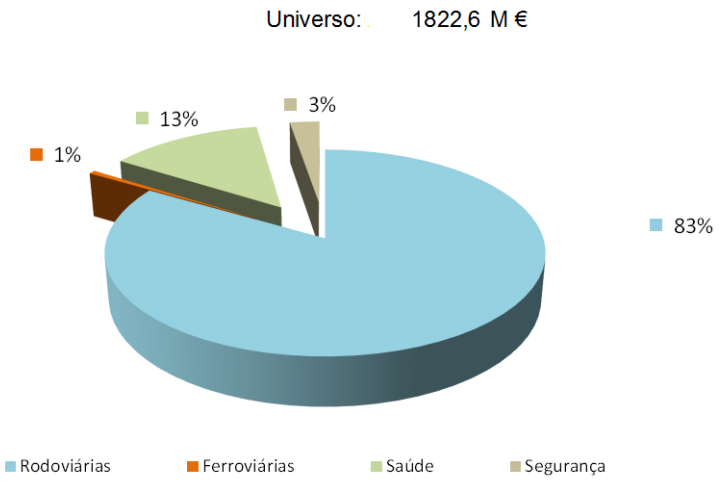
Parcerias	4T 2010				4T 2011				% Δ
	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)-(3)	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)-(3)	
	Encargos correntes	REF	Proveitos	Saldo	Encargos correntes	REF	Proveitos	Saldo	**Global**
Rodoviárias	110,7	125,4	31,3	204,8	149,2	266,5	37,5	378,2	84,6%
Ferroviárias	6,7	0,0	0,0	6,7	1,8	0,0	0,0	1,8	-73,0%
Saúde	47,4	0,0	0,0	47,4	77,2	0,0	0,0	77,2	62,7%
Segurança	9,4	0,0	0,0	9,4	29,3	0,0	0,0	29,3	212,0%
TOTAL PPP	174,2	125,4	31,3	268,3	257,5	266,5	37,5	486,5	81,3%

Fonte: Entidades Gestoras dos projetos. Valores atualizados à data.
Obs: Os valores constantes da coluna REF (Reequilíbrios Económicos e Financeiros) incluem pagamentos em investimentos destas concessões, conforme previsto nos respectivos contratos e Acordos de Reformulação de Contratos.

No 4º trimestre, os fluxos financeiros líquidos do conjunto das parcerias público-privadas, ascendem a 486,5 milhões de euros, apresentando um acréscimo de 218,2 milhões de euros face ao período homólogo:

- na parceria da segurança foram liquidadas verbas referentes a períodos anteriores que se encontravam em conferência;
- nas parcerias da saúde, os encargos pagos às entidades gestoras dos hospitais aumentaram 62,7%;
- as parcerias rodoviárias incluem valores (REF) referentes a pagamentos diretos de investimentos de determinadas concessões (conforme se analisará no ponto 3.2 deste boletim).

Gráfico 3.1.1. Repartição dos encargos líquidos do Concedente em 2011 (valores acumulados no 4T)

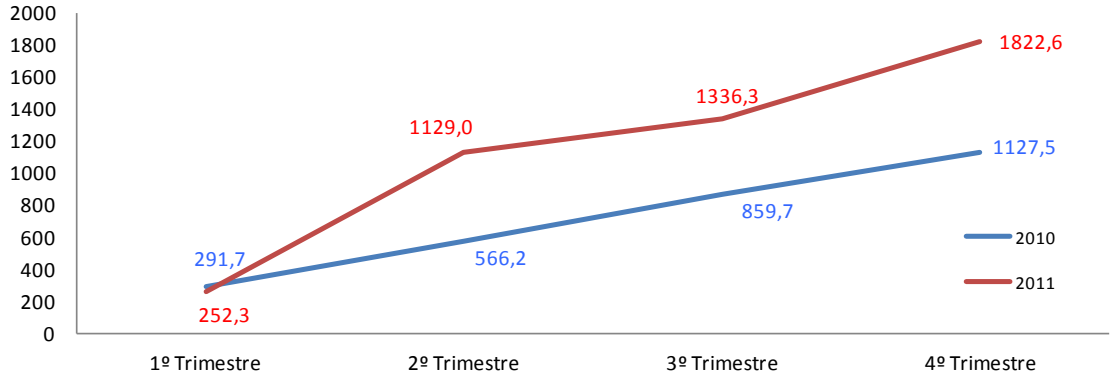


Fonte: DGTF

Os fluxos financeiros do sector rodoviário no final do ano representam 83% da totalidade dos encargos suportados em 2011 pelo Estado.

Apresenta-se, no gráfico seguinte, a evolução dos fluxos financeiros suportados no ano de 2011, face aos verificados no ano anterior:

Gráfico 3.1.2. Evolução cumulativa dos encargos líquidos globais (M €)



Fonte: Entidades Gestoras dos projectos

No final do 4º trimestre, os fluxos financeiros líquidos do conjunto das parcerias público-privadas, ascendiam a 1.822,6 milhões de euros. Os valores cumulativos ficaram acima dos valores normais, face a anos anteriores, em particular, devido aos pagamentos de investimentos e de reequilíbrios económicos e financeiros nas parcerias rodoviárias (ver ponto 3.2.1 deste boletim).

Quadro 3.1.2. Grau de realização face à previsão anual

Milhões de Euros (IVA incluído)

Parcerias	PREVISTO 2011				4T 2011 ACUMULADO				% EXEC.
	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)-(3)	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)-(3)	
	Encargos correntes	REF	Proveitos	Saldo	Encargos correntes	REF	Proveitos	Saldo	**Global**
Rodoviárias	853,3	604,2	291,0	1166,5	799,6	877,9	156,5	1520,9	130,4%
Ferroviárias	102,1	0,0	0,0	102,1	12,2	0,0	1,5	10,7	10,5%
Saúde	228,3	0,0	0,0	228,3	243,5	0,0	0,0	243,5	106,7%
Segurança	45,1	0,0	0,0	45,1	47,4	0,0	0,0	47,4	105,1%
TOTAL PPP	1228,8	604,2	291,0	1542,0	1102,7	877,9	158,0	1822,6	118,2%

Fonte: Entidades Gestoras dos projetos
Obs: Os valores constantes da coluna REF (Reequilíbrios Económicos e Financeiros) incluem pagamentos em investimentos destas concessões, conforme previsto nos respectivos contratos e Acordos de Reformulação de Contratos.

Os encargos líquidos totais com as parcerias, no final do 4º trimestre, ficaram 18% acima do previsto para 2011, pelos motivos supra referidos e que serão objeto de análise no ponto seguinte.

3.2. Encargos por Sector

3.2.1. Sector Rodoviário

Quadro 3.2.1.1. Comparação com período homólogo

Milhões de Euros (IVA incluído)

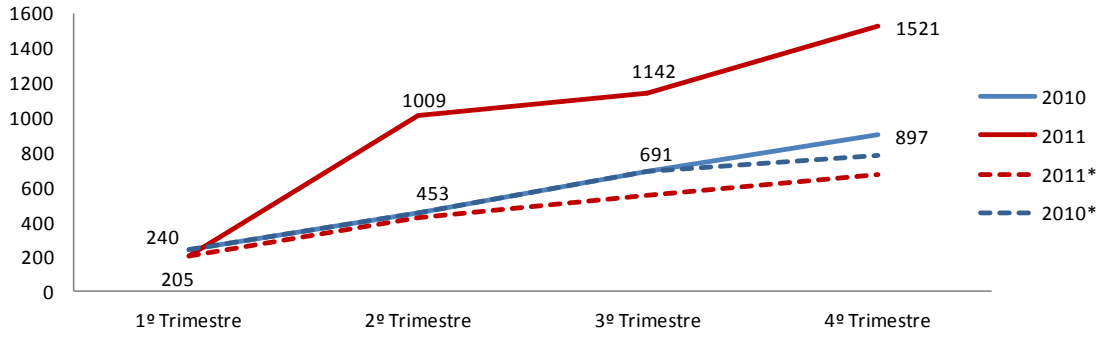
Concessões	4T 2010				4T 2011				% Δ
	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)-(3)	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)-(3)	
	Encargos correntes	REF	Proveitos	Saldo	Encargos correntes	REF	Proveitos	Saldo	
Concessão do Algarve (IC4/IP1)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	0,0	0,3	-
Concessão da Beira Interior (IP2/IP6)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Concessão Interior Norte (IP3)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Concessão das Beiras Litoral e Alta (IP5)	44,8	0,0	0,0	44,8	52,0	0,0	0,2	51,7	16%
Concessão Lusoponte	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,4	0,0	4,4	-
Concessão Grande Lisboa	6,3	0,0	2,9	3,4	6,4	0,1	2,6	3,9	12%
Concessão do Oeste (AEA)	0,0	9,6	0,0	9,6	0,0	2,2	0,0	2,2	-77%
Concessão da Costa de Prata	13,1	0,0	5,1	8,0	25,4	20,4	7,8	38,0	375%
Concessão Grande Porto	23,7	0,0	3,5	20,3	28,3	25,0	5,7	47,6	135%
Concessão Norte Litoral	5,2	0,1	3,5	1,8	16,9	16,0	6,0	26,9	1399%
Concessão Autoestrada do Norte	17,6	115,7	13,9	119,3	19,3	0,0	13,1	6,2	-95%
Concessão Tunel do Marão	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7	197,2	0,0	198,0	-
Outras	0,0	0,0	2,4	-2,4	0,2	0,9	2,1	-1,0	-56%
Total	110,7	125,4	31,3	204,8	149,2	266,5	37,5	378,2	85%

Fonte: Estradas de Portugal SA e DGTF
Observação: Os valores constantes da coluna REF incluem pagamentos em investimentos destas concessões, conforme previsto nos respectivos contratos e Acordos de Reformulação de Contratos.

No 4º trimestre, os fluxos financeiros líquidos com PPP rodoviárias ascenderam a 378,2 milhões de euros, assinalando-se um acréscimo de 85%, face ao período homólogo, devido, em grande parte, a pagamentos de investimentos nas concessões Túnel do Marão, Norte Litoral, Costa de Prata e Grande Porto. No primeiro caso, deriva da intervenção direta do Estado, que se substituiu à concessionária, no suporte da obra do Túnel do Marão. Nos outros casos, no reconhecimento do direito das concessionárias a reequilíbrio económico e financeiro dos contratos em virtude da decisão unilateral do concedente na introdução de portagens nas vias anteriormente sem custos para o utilizador, com custos de investimento resultantes da colocação dos pórticos para a cobrança virtual de portagens.

Neste período, verificou-se um crescimento nos encargos correntes, para o qual contribuiu a alteração da metodologia, no processo de pagamento às concessionárias. Até 2010 os principais pagamentos eram efetuados nos meses de janeiro, maio e setembro, posteriormente as ex-sucts passaram a ter pagamentos mensais.

Gráfico 3.2.1.1. Evolução cumulativa dos encargos líquidos PPP Rodoviárias (M €)



Fonte: Estradas de Portugal SA e DGTF
Observação: Linhas a tracejado correspondem aos encargos líquidos com as PPP Rodoviárias, a que se deduziu apenas os pagamentos extraordinários de 115,7 milhões euros (do reequilíbrio financeiro ao grupo Ascendi) em 2010 e 848,7 milhões de euros (reequilíbrios económicos e financeiros extraordinários e pagamentos de investimento direto) em 2011.

Em termos acumulados, conforme gráfico anterior, verifica-se que os valores encontram-se em níveis superiores, face ano anterior. No entanto, observando a linha a tracejado, para 2011, caso não se verificassem os reequilíbrios económicos e financeiros extraordinários (no 2º trimestre) e os pagamentos dos investimentos diretos aos pórticos e à obra do Túnel do Marão (no 4º trimestre), os encargos líquidos seriam inferiores ao ano anterior.

Quadro 3.2.1.2. Grau de realização face à previsão anual

Milhões de Euros (IVA incluído)

Concessões	PREVISTO 2011				REAL 4T 2011 ACUM.				% EXEC.
	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)-(3)	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)-(3)	
	Encargos correntes	REF	Proveitos	Saldo	Encargos correntes	REF	Proveitos	Saldo	
Concessão do Algarve (IC4/IP1)	53,1	0,0	17,4	35,7	41,9	0,2	0,0	42,1	117,9%
Concessão da Beira Interior (IP2/IP6)	153,9	0,0	14,3	139,6	141,0	0,0	0,0	141,0	101,0%
Concessão Interior Norte (IP3)	127,4	320,2	9,7	437,9	118,6	322,1	0,0	440,7	100,6%
Concessão das Beiras Litoral e Alta (IP5)	177,1	0,0	19,0	158,1	171,5	0,0	0,2	171,3	108,3%
Concessão Lusoponte	0,0	17,0	1,3	15,7	0,0	15,7	0,0	15,7	100,0%
Concessão Grande Lisboa	21,0	0,0	21,5	-0,5	21,2	0,1	10,5	10,8	2160,0%
Concessão do Oeste (AEA)	6,6	0,0	0,0	6,6	0,0	11,5	0,0	11,5	174,2%
Concessão da Costa de Prata	86,5	0,0	46,4	40,1	83,8	20,5	32,4	71,9	179,3%
Concessão Grande Porto	96,7	0,0	24,2	72,5	97,0	25,2	23,1	99,1	136,7%
Concessão Norte Litoral	55,6	0,0	30,4	25,2	55,5	16,2	24,9	46,8	185,7%
Concessão Autoestrada do Norte	63,5	267,0	59,7	270,8	64,7	268,2	57,0	275,9	101,9%
Concessão Tunel do Marão	0,0	0,0	0,0	0,0	2,3	197,2	0,0	199,5	-
Outras	11,9	0,0	47,1	-35,2	2,1	1,0	8,4	-5,4	15,4%
Total	853,3	604,2	291,0	1166,5	799,6	877,9	156,5	1520,9	130,4%

Fonte: Estradas de Portugal SA e DGTF
Observação: Os valores constantes da coluna REF incluem pagamentos em investimentos destas concessões, conforme previsto nos respectivos contratos e Acordos de Reformulação de Contratos.

De sublinhar que os encargos correntes ficaram 6,3% abaixo do previsto. Dado que estavam orçamentadas verbas, nesta rúbrica, para as novas portagens (da Concessão do Algarve, Beira Interior, Beira Litoral e Alta e Interior Norte), relacionados com a cobrança efetiva que não se verificaram.

No entanto, os reequilíbrios e participação nos investimentos excederam o previsto, pelos motivos já referidos. Por outro lado, as receitas para 2011 ficaram abaixo das expectativas pelo facto da introdução de portagens da 2ª fase apenas ter ocorrido em dezembro (oito meses depois do previsto inicialmente).

Como consequência de tais desvios, os encargos líquidos pagos em 2011, no montante de 1.520,9 milhões de euros, representam um acréscimo de 30% face à previsão anual.

3.2.2. Sector Ferroviário

Quadro 3.2.2.1. Comparação com período homólogo

Milhões de Euros (IVA incluído)

Concessões	4T 2010				4T 2011				% Δ
	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)-(3)	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)-(3)	
	Encargos correntes	REF	Proveitos	Saldo	Encargos correntes	REF	Proveitos	Saldo	
Eixo Ferroviário Norte Sul	4,3	0,0	0,0	4,3	0,0	0,0	0,0	0,0	-100,0%
MST-Metro Transportes do Sul	2,4	0,0	0,0	2,4	1,8	0,0	0,0	1,8	-25,0%
RAV - Poceirão - Caia	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Total	6,7	0,0	0,0	6,7	1,8	0,0	0,0	1,8	-73,0%

Fonte: Entidades Gestoras

A concessionária Fertagus, do Eixo Ferroviário Norte-Sul, deixou de apresentar encargos financeiros para o Estado no corrente ano, em resultado das condições estabelecidas no contrato de concessão.

A concessão MST (Metro Sul do Tejo) tem revelado uma procura insuficiente para a exploração da infraestrutura, apresentando encargos efetivos para o Estado. No corrente trimestre, procedeu-se ao acerto de pagamentos de 1,8 milhões de euros ao MST .

Quadro 3.2.2.2 Grau de realização face à previsão anual

Milhões de Euros (IVA incluído)

Concessões	PREVISTO 2011				4T 2011 ACUM.				% EXEC.
	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)-(3)	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)-(3)	
	Encargos correntes	REF	Proveitos	Saldo	Encargos correntes	REF	Proveitos	Saldo	
Eixo Ferroviário Norte Sul	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,5	-1,5	-
MST-Metro Sul do Tejo	17,8	0,0	0,0	17,8	12,2	0,0	0,0	12,2	68,5%
RAV - Poceirão - Caia	84,3	0,0	0,0	84,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%
Total	102,1	0,0	0,0	102,1	12,2	0,0	1,5	10,7	10,5%

Fonte: Entidades Gestoras

Os pagamentos efetuados este ano à MST, no valor de 12,2 milhões de euros, correspondem a compensações por procura insuficiente. A baixa execução de 2011 resulta, essencialmente, de uma sobre orçamentação do valor previsional, ou seja, aquando da elaboração do orçamento previa-se a passagem para 2011 de verbas que na realidade ainda foram liquidadas no decurso de 2010.

A despesa executada até ao 4.º trimestre corresponde a 10,5% do valor previsto para 2011. De referir que não foram efetuados pagamentos relativos ao investimento da Concessão RAV – Poceirão – Caia. Este contrato aguarda o visto do Tribunal de Contas.

3.2.3. Sector da Saúde

Quadro 3.2.3.1. Comparação com período homólogo

Milhões de Euros (IVA incluído)

Parcerias	4T 2010				4T 2011				% Δ
	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)-(3)	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)-(3)	
	Encargos correntes	REF	Proveitos	Saldo	Encargos correntes	REF	Proveitos	Saldo	
CMFRS - São Brás de Alportel	1,6	0,0	0,0	1,6	1,6	0,0	0,0	1,6	0,0%
Centro Atendimento do SNS	3,1	0,0	0,0	3,1	0,0	0,0	0,0	0,0	-100,0%
Hospital de Cascais	15,7	0,0	0,0	15,7	30,1	0,0	0,0	30,1	91,5%
Hospital de Braga	27,0	0,0	0,0	27,0	34,7	0,0	0,0	34,7	28,4%
Hospital de Vila Franca de Xira a)	0,0	0,0	0,0	0,0	10,8	0,0	0,0	10,8	-
Total	47,4	0,0	0,0	47,4	77,2	0,0	0,0	77,2	62,7%

Fonte: Estrutura de Missão Parcerias da Saúde
a) O contrato com Hospital de Vila Franca de Xira foi celebrado a 26.10.2010, só apresentou encargos a partir de 2011.

O acréscimo dos encargos suportados pelo concedente (+62,7%), face ao período homólogo, justifica-se pelos seguintes fatores:

1. Passagem da gestão do atual estabelecimento hospitalar de Vila Franca de Xira para o concessionário, no final do 2º Trimestre de 2011. As novas instalações estão em construção e ainda não apresentam encargos para o Estado.
2. Início da liquidação dos encargos, referentes à componente das instalações do novo edifício hospitalar de Braga, no corrente ano.
3. Aumento da atividade do estabelecimento hospitalar de Cascais.

Quadro 3.2.3.2. Grau de realização face à previsão anual

Milhões de Euros (IVA incluído)

Parcerias	PREVISTO 2011				4T 2011 ACUM.				% EXEC.
	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)-(3)	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)-(3)	
	Encargos correntes	REF	Proveitos	Saldo	Encargos correntes	REF	Proveitos	Saldo	
CMFRS - São Brás de Alportel	7,0	0,0	0,0	7,0	7,7	0,0	0,0	7,7	110,2%
Centro Atendimento do SNS	7,8	0,0	0,0	7,8	10,0	0,0	0,0	10,0	128,2%
Hospital de Cascais	57,2	0,0	0,0	57,2	71,9	0,0	0,0	71,9	125,7%
Hospital de Braga	106,7	0,0	0,0	106,7	129,5	0,0	0,0	129,5	121,4%
Hospital de Vila Franca de Xira	49,6	0,0	0,0	49,6	24,4	0,0	0,0	24,4	49,2%
Total	228,3	0,0	0,0	228,3	243,5	0,0	0,0	243,5	106,7%

Fonte: Relatório OE 2010 e Estrutura de Missão Parcerias da Saúde.
Nota: No Hospital de Vila Franca de Xira os valores previsionais foram calculados para 12 meses de atividade.

No final do 4º trimestre, o valor realizado excedeu 6,7% do valor total previsto. Face aos desvios parcelares apresentados dever-se-á salientar, o seguinte:

1. Os valores previstos para 2011 baseiam-se em preços unitários fixos (no caso base) e pressupostos de procura dos estabelecimentos hospitalares meramente indicativos. Os dados reais refletem um acréscimo de procura superior à prevista.
2. Os modelos financeiros não incluíam, como encargos do concedente, a integração no SNS dos serviços prestados a utentes dos subsistemas públicos (ADSE, IASFA[3], SAD[4] da GNR e SAD da PSP), cujo pagamento passou para a responsabilidade do SNS.
3. Os encargos reais (inferiores ao previsto para 12 meses) no H.V.F Xira refletem os 7 meses iniciais de atividade.

[3] Instituto de Ação Social das Forças Armadas.
[4] Serviço de Assistência na Doença.

3.2.4. Outros Sectores

Quadro 3.2.4.1. Comparação com período homólogo

Milhões de Euros (IVA incluído)

Parceria	4T 2010				4T 2011				% Δ
	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)-(3)	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)-(3)	
	Encargos correntes	REF	Proveitos	Saldo	Encargos correntes	REF	Proveitos	Saldo	
SIRESP - Sistema Integrado de Rede Emergência e Segurança	9,4	0,0	0,0	9,4	29,3	0,0	0,0	29,3	212,0%
Total	9,4	0,0	0,0	9,4	29,3	0,0	0,0	29,3	212,0%

Fonte: MAI/DGIE

No período em análise registou-se um acréscimo significativo dos pagamentos do concedente face ao período homólogo, resultante da liquidação de faturas relativas a períodos anteriores que se encontravam em conferência. Este pagamento já estava previsto, conforme quadro abaixo.

Quadro 3.2.4.2. Grau de realização face à previsão anual

Milhões de Euros (IVA incluído)

Parceria	PREVISTO 2011				4T 2011 ACUM.				% EXEC.
	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)-(3)	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)-(3)	
	Encargos correntes	REF	Proveitos	Saldo	Encargos correntes	REF	Proveitos	Saldo	
SIRESP - Sistema Integrado de Rede Emergência e Segurança	45,1	0,0	0,0	45,1	47,4	0,0	0,0	47,4	105,1%
Total	45,1	0,0	0,0	45,1	47,4	0,0	0,0	47,4	105,1%

Fonte: MAI/DGIE

4. PPP - NOTAS FINAIS

Entre os factos mais relevantes ocorridos já no **1.º trimestre de 2012** até à data de elaboração do presente Boletim Informativo, destacam-se:

- No final do mês de janeiro, a data limite para apresentação de propostas relativas ao concurso público internacional tendo como objeto a realização de auditoria às PPP – conforme o estabelecido em memorando com a equipa técnica da Troika. Apresentaram candidaturas para o trabalho de auditoria 5 entidades, encontrando-se as mesmas em fase de apreciação. A decisão final será tomada na sequência da tramitação que o concurso requer, dentro do prazo previsto para início dos trabalhos.
- A abertura do Hospital de Loures ao público no dia 19 de janeiro de 2012.

5. PPP - ANEXOS

Quadro 5.1. Concessões PPP Transportes

5.1.1. Sector Rodoviário em Exploração

(*) Investimento (preços de 2011)

Sector Rodoviário	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento Caso Base* M€
Concessão Lusoponte	Lusoponte – Conc. para a Travessia do Tejo em Lisboa, SA	1995	30	1263,2
Concessão Norte	Ascendi Norte – Auto Estradas do Norte, SA	1999	36	1173,7
Concessão Oeste	Auto-Estradas do Atlântico, SA	1999	30	605,4
Concessão Brisa	Brisa – Auto-Estradas de Portugal, SA	2000	35	2686,8
Concessão Litoral Centro	Brisal – Auto-estradas do Litoral, SA	2004	30	625,0
Concessão da Beira Interior IP2/IP6	Scutvias – Auto-Estradas da Beira Interior ,SA	1999	30	838,8
Concessão da Costa de Prata IC1/IP5	Ascendi Costa de Prata – Auto Estradas da Costa de Prata, S	2000	30	415,9
Concessão do Algarve IC4/IP1	Euroscut – Sociedade Concessionária da SCUT do Algarve, SA	2000	30	296,4
Concessão Interior Norte IP3	Norscut – Concessionária de Auto-Estradas, SA	2000	30	653,8
Concessão das Beiras Litoral Alta IP5	Ascendi Beiras Litoral e Alta – Auto Est. das Beiras Litoral e Alta, SA	2001	30	893,7
Concessão Norte Litoral IP9/IC1	Euroscut Norte – Soc. Concessionária da SCUT do Norte Litoral, SA	2001	30	396,3
Concessão Grande Porto IP4/IC24	Ascendi Grande Porto – Auto Estradas do Grande Porto, SA	2002	30	591,0
Concessão Grande Lisboa	Ascendi Grande Lisboa – Auto Estradas da Grande Lisboa, SA	2007	30	189,2
Concessão Douro Litoral	AEDL – Auto-Estradas do Douro Litoral, SA	2007	27	817,4
Fonte: Estradas de Portugal SA	Investimento em construção e expropriações			

5.1.2. Sector Rodoviário em Construção

(*) Investimento (preços de 2011)

Sector Rodoviário	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento Caso Base* M€
Sub-concessão AE Transmontana	Auto-Estradas XXI – Subconcessionária Transmontana, SA	2008	30	548,8
Sub-concessão Douro Interior	Ascendi Douro – Estradas do Douro, SA	2008	30	657,1
Concessão Tunel do Marão	Auto Estrada do Marão, SA	2008	30	356,6
Sub-concessão Baixo Alentejo	SPER – Soc. Port. para a Construção e Exploração Rodoviária, SA	2009	30	394,5
Sub-concessão Baixo Tejo	VBT – Vias do Baixo Tejo, SA	2009	30	279,0
Sub-concessão Litoral Oeste	AELO – Auto-Estradas do Litoral Oeste, SA	2009	30	458,2
Sub-concessão Algarve Litoral	Rotas do Algarve Litoral, SA	2009	30	170,5
Gestão Sist.Identificação Eléctrónico	SIEV - Sist. Id. Elect. de Veículos, SA	2009	25	n.a.
Sub-concessão Pinhal Interior	Ascendi Pinhal Interior – Auto Estradas do Pinhal Interior, SA	2010	30	970,7
Fonte: Estradas de Portugal SA	Investimento em construção e expropriações *n.a. - não aplicado*			

5.1.3. Sector Ferroviário em Exploração

(*) Investimento (preços de 2011)

Sector Ferroviário	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento Caso Base* M€
Metro Sul Tejo (1)	MTS,SA	2002	30	334,2
Transp. Ferroviário eixo-norte/sul (2)	Fertagus,SA	1999	11 + 9	1201,5
Fonte: IMTT e Gabinete do MTS	(1) Investimento em Infraestruturas suportada pelo Estado (2) Estimativa do Investimento realizado pela REFER ao abrigo do contrato anterior.			

5.1.4. Sector Ferroviário em Construção

(*) Investimento (preços de 2011)

Sector Ferroviário	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento Caso Base* M€
Troço Poceirão-Caia da rede de AVF *	ELOS Ligações de Alta Velocidade, S.A	2010	40	1356,4
Fonte: Rave SA	Investimento em construção e expropriações			

Observação: Em apreciação pelo Tribunal de Contas

Quadro 5.2. Concessões do Sector da Saúde

(*) Investimento (preços de 2011)

Sector Saúde	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento Caso Base* M€	
Gestão do Centro de Atendimento do SNS	LCS,SA	2006	4	4,3	E
CMFRS - São Brás de Alportel	GP Saúde	2006	7	3,2	E
Gestão do H. Braga - Ent. Gestora do Edifício	Escala Braga, Gestora do Edifício SA	2009	30	126,0	E
Gestão do H. Braga - Ent. Gestora Estabelecimento	Escala Braga, Gestora do Estabelecimento SA	2009	10	11,7	E
Gestão H. Cascais-Ent. Gestora Estabelecimento	HPP,SA	2008	10	16,4	E
Gestão H. Cascais - Ent. Gestora do Edifício	TDHOSP,SA	2008	30	57,4	E
Gestão H. Loures-Ent. Gestora Estabelecimento	SGHL - Soc. Gestora do Hospital de Loures SA	2009	10	30,2	-
Gestão H. Loures - Ent. Gestora do Edifício	HL – Sociedade Gestora do Edifíco SA	2009	30	87,4	C
Gestão H. V. Franca - Ent. Gestora do Edifício	Escala Vila Franca - Gestora do Edifício, S.A	2010	30	77,2	C
Gestão H. V. Franca - Ent. Gestora Estabelecimento	Escala Vila Franca – Gest. do Estabelecimento, S.	2010	10	2,5	-

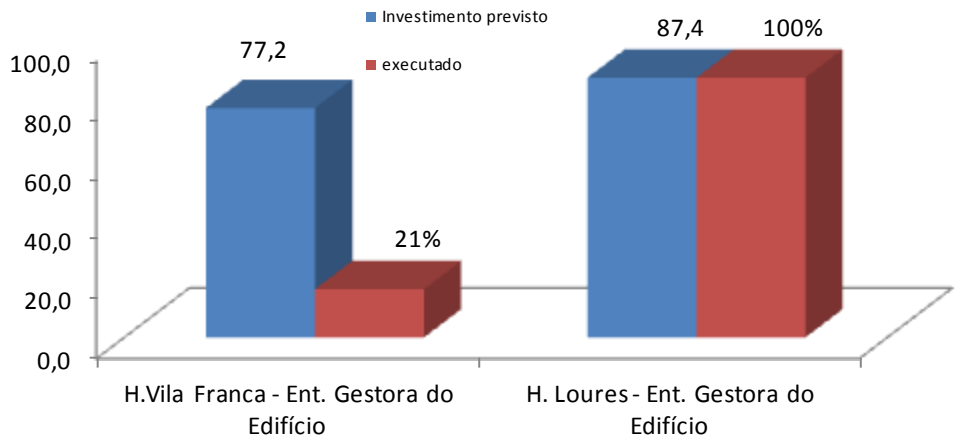
Investimento em construção e expropriações /equipamento inicial hospitalar

Fonte: Estrutura de Missão Parcerias da Saúde

Obs: E - Exploração C - Construção

Gráfico 5.2. Investimentos em curso das Parcerias da Saúde

(Novos edifícios hospitalares – Investimento Previsto M€ e % Execução física)



Fonte: ACSS - Parcerias da Saúde

Quadro 5.3. Outras Concessões

(*) Investimento (preços de 2011)

Sector Segurança Interna	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento Caso Base* M€
SIRESP	SIRESP - Redes digitais de Seg. e Emergência	2006	15	120,5

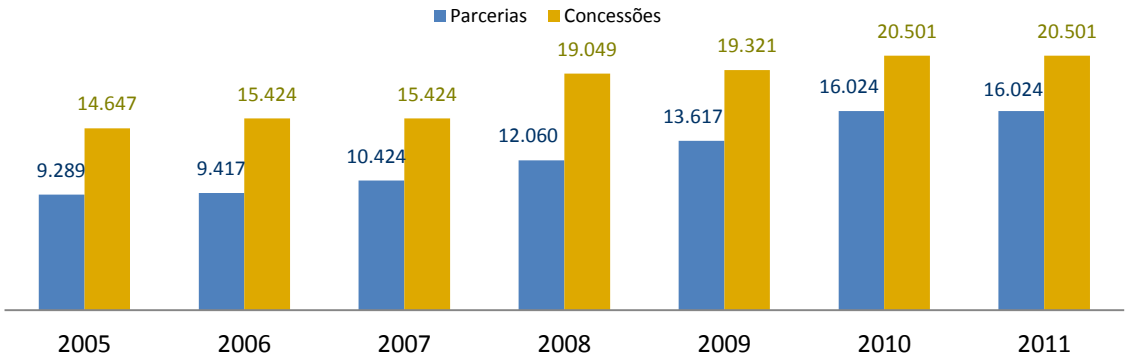
Obs: Investimento em infraestruturas e equipamento inicial

PARTE - B - CONCESSÕES

6. O UNIVERSO DAS CONCESSÕES

Gráfico 6.1. Evolução do Investimento acumulado

(Preços de 2011 – Milhões de Euros)



Nota: Os valores reflectem os investimentos pela sua totalidade (estimados nos casos base) à data da sua contratação.

O universo das concessões, integrando 75 concessões em exploração e 5 em construção, é significativamente superior às parcerias e representa em termos de investimento acumulado até final de 2010, cerca de 20,5 mil milhões de euros, superando em 27,9% o investimento contratado no âmbito das 37 parcerias analisadas nos pontos anteriores.

7. EVENTOS RELEVANTES NA ÁREA DAS CONCESSÕES

7.1. Sector do Ambiente – Saneamento, Águas e Resíduos

Data	Evento
16-12-2011	A Resiestrela, responsável pelo tratamento e valorização de resíduos na região da Cova da Beira, inaugurou a ampliação e remodelação da Central de Compostagem localizada no Centro de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos do Fundão. O conjunto de melhorias realizado nesta instalação favorece uma maior fiabilidade e sustentabilidade do funcionamento das infraestruturas instaladas e dos serviços de tratamento e valorização dos resíduos sólidos urbanos (RSU) prestados pela Empresa, desviando de aterro os resíduos urbanos biodegradáveis (RUB), tal como preconizado no PERSU II, e diminuindo as emissões de gases com efeitos de estufa. A unidade encontra-se presentemente a funcionar à sua capacidade nominal de cerca de 50.000 toneladas/ano de RSU (a um turno). O investimento de 3,3 milhões de euros foi cofinanciado pelo QREN – POVT.

Fonte: Diário da República Eletrónico, AdP e ERSAR.

7.2. Sector Energético

Data	Evento
	As tarifas de **energia** aprovadas para 2012 integram diversas alterações legislativas e regulamentares efetuadas durante 2011. No que respeita às alterações legislativas, neste trimestre, importa mencionar:
17-10-2011	Portaria n.º 279/2011, de 17 de outubro - que estabelece a metodologia de repercussão faseada num horizonte quinquenal dos sobrecustos com a Produção em Regime Especial (PRE).
18-11-2011	Decreto-Lei n.º 109/2011, de 18 de novembro - que procede ao diferimento excecional para 2013 do ajustamento anual do montante da compensação referente a 2010, devido pela cessação antecipada dos Contratos de Aquisição de Energia.
21-12-2011	Portaria nº 310/2011 - Serviço de Interruptibilidade – Revoga a Portaria nº 1309/2010, de 23 de dezembro, e a Portaria nº 117/2011, de 25 de março, referentes ao regime transitório aplicável, durante o ano de 2011, à prestação de serviço de interruptibilidade por consumidor de eletricidade em muita alta tensão (MAT), alta tensão (AT) e média tensão (MT) ao operador da rede de transporte.
26-12-2011	A DGEG relativamente à Microprodução e Miniprodução – publicou dois Despachos para aprovação da programação da alocação de potência ao longo do ano e divulgação da tarifa aplicável: 1. Microprodução - Despacho para divulgação do valor da tarifa aplicável e da quota de potência a alocar em 2012, e que estabelece a programação temporal da alocação de potência para 2012, de acordo com o previsto no n.º 10, do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 363/2007, de 2 de novembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º118-A/2010, de 25 de outubro. 2. Miniprodução - Despacho que estabelece a programação da alocação ao longo do ano da quota anual de potência para 2012 e a sua distribuição pelos escalões I, II e III, de acordo com o previsto no n.º 2, do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 34/2011, de 8 de março.

Fonte: Diário da República Eletrónico, ERSE e DGEG.

7.3. Sector Portuário

Data	Evento
10-11-2011	Publicada a RCM 45/2011 de 13 de outubro, que define o Plano Estratégico dos Transportes, no período 2011-2015, importa referir no âmbito do sector portuário, o investimento previsto na modernização dos terminais e nas infraestruturas portuárias: • Viana do Castelo - Reabilitação geral dos guindastes do porto comercial, em curso, no valor total de 1,7 milhões de euros; • Leixões - Melhorias das infraestruturas existentes e novos terminais no porto, ascendem a 449,5 milhões de euros de investimento; • Aveiro – Prolongamento do molhe Norte, melhoria das acessibilidades e novas infraestruturas para a atividade logística, no valor de 36,1 milhões de euros de investimentos. • Figueira da Foz – Melhoria das condições operacionais do cais comercial no montante total de 1,7 milhões de euros. • Lisboa – Construção de novo terminal de contentores da Trafaria, melhoria e construção de novas gares de terminais de passageiros, investimentos orçados em 608,4 milhões de euros. • Setúbal – Expansão dos terminais de granéis sólidos e ro-ro no valor de 8,75 milhões de euros. • Sines – Expansão de terminais existentes e a construção e operação do novo terminal de contentores Vasco da Gama, representam investimentos estimados em 1.350,7 milhões de euros. De notar que, alguns dos investimentos deste período 2011-2015, continuarão nos anos seguintes. Do total dos investimentos estimados apurados em 2457,15 milhões de euros, cerca de 45% (1.104,7 milhões de euros) serão promovidos diretamente pelo investidor privado (pela concessionária portuárias). Está previsto em alguns desses projetos o financiamento BEI, POVT e FEDER.

8. FLUXOS FINANCEIROS DAS CONCESSÕES

No período em análise, apenas se registaram fluxos financeiros com o concedente nas concessões do sector portuário.

8.1. Sector Portuário

Quadro 8.1.1. Comparação com período homólogo

Milhões de Euros (IVA incluído)

	Sector Portuário	4T 2010				4T 2011				% Δ
		(1)	(2)	(3)	(1)+(2)-(3)	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)-(3)	
		Encargos	REF	Proveitos	Saldo	Encargos	REF	Proveitos	Saldo	
Douro e Leixões	Terminal de Contentores de Leixões	0,00	0,00	2,94	-2,94	0,00	0,00	3,16	-3,16	8%
	Terminal de Carga a Granel de Leixões	0,00	0,00	0,81	-0,81	0,00	0,00	0,68	-0,68	-16%
	Silos de Leixões	0,00	0,00	0,06	-0,06	0,00	0,00	0,02	-0,02	-67%
	Terminal Produtos Petrolíferos	0,00	0,00	1,25	-1,25	0,00	0,00	0,72	-0,72	-42%
	Terminal de Granéis Líquido Alimentares	0,00	0,00	0,02	-0,02	0,00	0,00	0,02	-0,02	0%
	Terminal Expedição de Cimento a Granel	0,00	0,00	0,17	-0,17	0,00	0,00	0,19	-0,19	12%
	Serviço de Descarga, Venda, Expedição Pescado	0,00	0,00	0,10	-0,10	0,00	0,00	0,06	-0,06	-40%
	Instalações de Apoio à Navegação de Recreio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
	Exploração Turística-Hoteleira	0,00	0,00	0,12	-0,12	0,00	0,00	0,12	-0,12	0%
	Exploração Restaurante e Bar	0,00	0,00	0,03	-0,03	0,00	0,00	0,03	-0,03	0%
Aveiro	Terminal Sul Aveiro	0,00	0,00	0,09	-0,09	0,00	0,00	0,08	-0,08	-11%
	Serviço de Reboque Aveiro	0,00	0,00	0,03	-0,03	0,00	0,00	0,03	-0,03	0%
Lisboa	Terminal de Contentores de Alcântara	0,00	0,00	0,53	-0,53	0,00	0,00	0,60	-0,60	13%
	Terminal de Contentores de Santa Apolónia	0,00	0,00	1,44	-1,44	0,00	0,00	1,64	-1,64	14%
	Terminal Multipurpose de Lisboa	0,00	0,00	0,09	-0,09	0,00	0,00	0,19	-0,19	111%
	Terminal Multiusos do Beato	0,00	0,00	0,15	-0,15	0,00	0,00	0,27	-0,27	80%
	Terminal Multiusos do Poço do Bispo	0,00	0,00	0,19	-0,19	0,00	0,00	0,18	-0,18	-5%
	Terminal de Granéis Alimentares da Trafaria	0,00	0,00	0,20	-0,20	0,00	0,00	0,19	-0,19	-5%
	Terminal de Granéis Alimentares da Beato	0,00	0,00	0,18	-0,18	0,00	0,00	0,18	-0,18	0%
	Terminal de Granéis Alimentares de Palença	0,00	0,00	0,15	-0,15	0,00	0,00	0,13	-0,13	-13%
	Terminal do Barreiro	0,00	0,00	0,02	-0,02	0,00	0,00	0,03	-0,03	50%
	Terminal de Granéis Líquidos do Barreiro	0,00	0,00	0,08	-0,08	0,00	0,00	0,08	-0,08	0%
	Terminal do Seixal - Baia do Tejo	0,00	0,00	0,07	-0,07	0,00	0,00	0,01	-0,01	-86%
Setubal	Terminal Multiusos Zona 1	0,00	0,00	0,43	-0,43	0,00	0,00	0,50	-0,50	16%
	Terminal Multiusos Zona 2	0,04	0,00	0,79	-0,75	0,06	0,00	1,00	-0,94	25%
	Terminal de Granéis Sólidos De Setúbal	0,00	0,00	0,07	-0,07	0,00	0,00	0,09	-0,09	29%
	Terminal de Granéis Liq. De Setúbal	0,00	0,00	0,03	-0,03	0,00	0,00	0,01	-0,01	-67%
Sines	Terminal Contentores de Sines XXI	0,00	0,00	0,25	-0,25	0,00	0,00	0,34	-0,34	36%
	Terminal Multipurpose de Sines	0,00	0,00	1,31	-1,31	0,00	0,00	1,23	-1,23	-6%
	Terminal de Petroleiro e Petroquímico	0,00	0,00	0,10	-0,10	0,00	0,00	0,17	-0,17	70%
	Serviço de Reboque e Amarração Sines	0,00	0,00	0,18	-0,18	0,00	0,00	0,09	-0,09	-50%
	Terminal de Granéis Liq. e Gestão de Resíduos	0,00	0,00	1,93	-1,93	0,00	0,00	1,93	-1,93	0%
	Total	0,04	0,00	13,81	-13,77	0,06	0,00	13,97	-13,91	1,0%

Fonte: Administrações Portuárias
Valores negativos correspondem a receitas do Concedente

O universo das concessões em zonas portuárias, por natureza geradoras de proveitos líquidos, permitiu ao concedente (respectivas administrações portuárias) a obtenção de 13,91 milhões de euros de rendas, com um ligeiro acréscimo face ao período homólogo (+1%).

Quadro 8.1.2. Grau de realização face à previsão anual

Milhões de Euros (IVA incluído)

	Sector Portuário	PREVISTO 2011				ACUMULADO 4T 2011				% EXEC.
		(1)	(2)	(3)	(1)+(2)-(3)	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)-(3)	
		Encargos	REF	Proveitos	Saldo	Encargos	REF	Proveitos	Saldo	
Douro e Leixões	Terminal de Contentores de Leixões	0,00	0,00	13,01	-13,01	0,00	0,00	13,81	-13,81	106%
	Terminal de Carga a Granel de Leixões	0,00	0,00	2,94	-2,94	0,00	0,00	3,56	-3,56	121%
	Silos de Leixões	0,00	0,00	0,18	-0,18	0,00	0,00	0,19	-0,19	106%
	Terminal Produtos Petrolíferos	0,00	0,00	5,82	-5,82	0,00	0,00	6,30	-6,30	108%
	Terminal de Granéis Líquido Alimentares	0,00	0,00	0,09	-0,09	0,00	0,00	0,08	-0,08	91%
	Terminal Expedição de Cimento a Granel	0,00	0,00	0,70	-0,70	0,00	0,00	0,74	-0,74	106%
	Serviço de Descarga, Venda, Expedição Pescado	0,00	0,00	0,13	-0,13	0,00	0,00	0,22	-0,22	167%
	Instalações de Apoio à Navegação de Recreio	0,00	0,00	0,03	-0,03	0,00	0,00	0,02	-0,02	67%
	Exploração Turística-Hoteleira	0,00	0,00	0,48	-0,48	0,00	0,00	0,48	-0,48	100%
	Exploração Restaurante e Bar	0,00	0,00	0,11	-0,11	0,00	0,00	0,12	-0,12	105%
Aveiro	Terminal Sul Aveiro	0,00	0,00	0,31	-0,31	0,00	0,00	0,34	-0,34	110%
	Serviço de Reboque Aveiro	0,00	0,00	0,11	-0,11	0,00	0,00	0,13	-0,13	118%
Lisboa	Terminal de Contentores de Alcântara	0,00	0,00	2,48	-2,48	0,00	0,00	2,68	-2,68	108%
	Terminal de Contentores de Santa Apolónia	0,00	0,00	6,53	-6,53	0,00	0,00	7,19	-7,19	110%
	Terminal Multipurpose de Lisboa	0,00	0,00	1,02	-1,02	0,00	0,00	1,04	-1,04	102%
	Terminal Multiusos do Beato	0,00	0,00	0,85	-0,85	0,00	0,00	1,06	-1,06	125%
	Terminal Multiusos do Poço do Bispo	0,00	0,00	0,75	-0,75	0,00	0,00	0,78	-0,78	104%
	Terminal de Granéis Alimentares da Trafaria	0,00	0,00	0,81	-0,81	0,00	0,00	0,81	-0,81	100%
	Terminal de Granéis Alimentares da Beato	0,00	0,00	0,72	-0,72	0,00	0,00	0,78	-0,78	108%
	Terminal de Granéis Alimentares de Palença	0,00	0,00	0,57	-0,57	0,00	0,00	0,54	-0,54	95%
	Terminal do Barreiro	0,00	0,00	0,08	-0,08	0,00	0,00	0,14	-0,14	175%
	Terminal de Granéis Líquidos do Barreiro	0,00	0,00	0,35	-0,35	0,00	0,00	0,34	-0,34	97%
	Terminal do Seixal - Baia do Tejo	0,00	0,00	0,03	-0,03	0,00	0,00	0,04	-0,04	133%
Setubal	Terminal Multiusos Zona 1	0,00	0,00	1,72	-1,72	0,00	0,00	1,94	-1,94	113%
	Terminal Multiusos Zona 2	0,13	0,00	2,32	-2,19	0,15	0,00	3,57	-3,42	156%
	Terminal de Granéis Sólidos De Setúbal	0,00	0,00	0,30	-0,30	0,00	0,00	0,40	-0,40	133%
	Terminal de Granéis Liq. De Setúbal	0,00	0,00	0,12	-0,12	0,00	0,00	0,13	-0,13	108%
Sines	Terminal Contentores de Sines XXI	0,00	0,00	0,70	-0,70	0,00	0,00	0,84	-0,84	120%
	Terminal Multipurpose de Sines	0,00	0,00	4,28	-4,28	0,00	0,00	4,28	-4,28	100%
	Terminal de Petroleiro e Petroquímico	0,00	0,00	0,38	-0,38	0,00	0,00	0,46	-0,46	121%
	Serviço de Reboque e Amarração Sines	0,00	0,00	0,68	-0,68	0,00	0,00	0,61	-0,61	90%
	Terminal de Granéis Liq. e Gestão de Resíduos	0,00	0,00	7,71	-7,71	0,00	0,00	7,72	-7,72	100%
	Total	0,13	0,00	56,31	-56,18	0,15	0,00	61,33	-61,18	109%

Fonte: Administrações Portuárias
Valores negativos correspondem a receitas do Concedente

Os saldos negativos representam a otenção de receita liquida para o Concedente portuário. No final do ano de 2011, o montante de 61,18 milhões de euros traduz um crescimento da receita de 5% face ao ano anterior e um acréscimo de 9% face ao previsto.

Esta melhoria é consequência de crescimento na atividade portuária, nomeadamente ao nível da movimentação de navios e de carga, geradoras de parte substancial das rendas variáveis pagas pelas concessionárias às respetivas administrações portuárias.

9. CONCESSÕES - ANEXOS

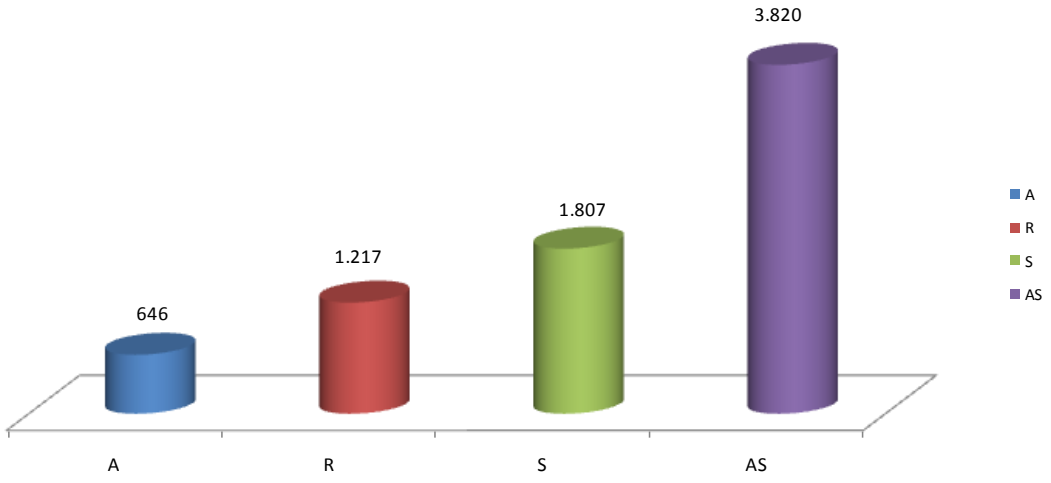
Quadro 9.1. Concessões do Sector Ambiental (Em exploração)

(*) Investimento (preços de 2011)

Sector Ambiente (Águas, Saneamento e Resíduos)	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento Caso Base* M€	
Águas do Centro Alentejano	Águas do Centro Alentejano, SA	2003	30	88,5	AS
Águas do Douro e Paiva	Águas do Douro e Paiva, SA	1996	30	645,6	A
Águas do Oeste	Águas do Oeste, SA	2001	30	366,7	AS
Águas de Santo André	Águas de Santo André, SA	2001	30	162,1	AS
Águas Trás-os-Montes e Alto Douro	Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, SA	2001	30	520,5	AS
Águas do Algarve	Águas do Algarve, SA	2001	30	568,9	AS
Águas do Centro	Águas do Centro, SA	2001	30	220,2	AS
Águas do Mondego	Águas do Mondego, SA	2004	35	263,3	AS
Águas do Norte de Alentejano	Águas do Norte de Alentejano, SA	2001	30	116,7	AS
Águas do Zézere e Côa	Águas do Zézere e Côa, SA	2000	30	370,9	AS
Águas do Noroeste	Águas do Noroeste, SA	2010	50	810,4	AS
Águas Públicas do Alentejo	Águas Públicas do Alentejo, SA	2010	50	227,4	AS
Águas da Região de Aveiro	Águas da Região de Aveiro, SA	2010	50	104,3	AS
Algar	Algar - Valorização e Tratamento de Residuos Sólidos, SA	1996	25	86,6	R
Amarsul	Amarsul - Valorização e Tratamento de Residuos Sólidos, SA	1997	25	97,9	R
Ersuc	Ersuc -Residuos Sólidos do Centro, SA	1997	25	122,4	R
Resinorte	Resinorte - Valorização e Trat. Resíduos Sólidos, SA	2009	30	197,1	R
Resiestrela	Resiestrela - Valorização e Trat. Resíduos Sólidos, SA	2008	30	34,9	R
Resulima	Resulima Valorização e Trat. Resíduos Sólidos, SA	1996	25	45,1	R
Suldouro	Suldouro Valorização e Trat. Resíduos Sólidos, SA	1996	25	75,4	R
Valnor	Valnor Valorização e Trat. Resíduos Sólidos, SA	2001	29	30,9	R
Valorlis	Valorlis Valorização e Trat. Resíduos Sólidos, SA	1996	25	44,2	R
Valorminho	Valorminho Valorização e Trat. Resíduos Sólidos, SA	1996	25	20,1	R
Valorsul	Valorsul -Val. Trat. Resíd. Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, SA	1995	25	462,2	R
Sanest	Sanest saneamento Costa Estoril, SA	1995	25	293,7	S
Simarsul	Simarsul sist. Integrado multimunicipal de Águas e Residuos Setúbal, SA	2004	30	267,7	S
Simlis	Simlis Saneamento Integrado dos municipios do Lis, SA	2000	30	97,3	S
Simria	Simria Saneamento Integrado dos municipios da Ria de Ave, SA	2000	30	406,9	S
Simtejo	Simtejo Saneamento Integrado dos municipios do Tejo e Trancão, SA	2001	30	667,2	S
Simdouro	Simdouro - Saneamento do Grande Porto, SA	2009	50	74,4	S

Fonte: Águas de Portugal, SA A - Abastecimento S - Saneamento R - Resíduos

Gráfico 9.1. Investimentos das Concessões do Sector Ambiental (M €) caso base



Obs: A – Abastecimento de Água; R - Resíduos; S – Saneamento; AS – Abastecimento e Saneamento

Quadro 9.2. Concessões do Sector Energético

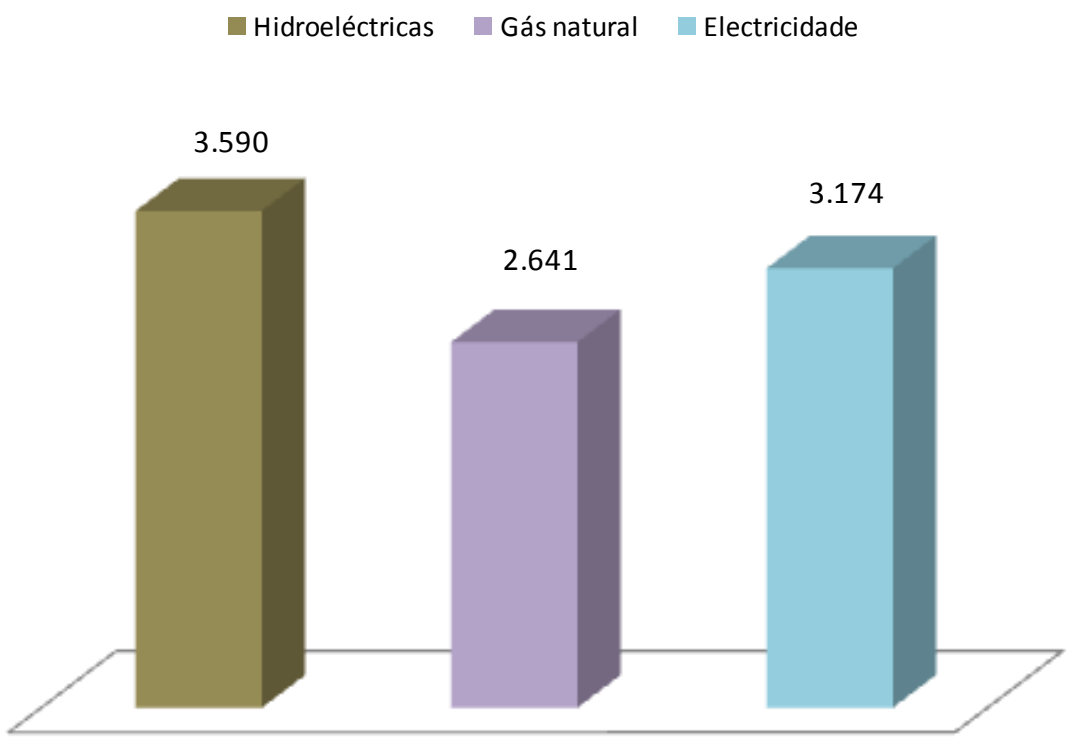
(*)Estimativas de Investimento (preços de 2011)

Sector ENERGIA - HÍDRICO	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento* Estimativa M€	
Barragem de Foz Tua	EDP	2008	75	348,2	C
Barragens de Gouvães, Padreselos, Alto Tâmega, Daivões	IBERDROLA	2008	65	1740,8	C
Barragens do Fridão e Alvito	EDP	2008	65	522,2	C
Barragem Baixo Sabor	EDP	2008	65	263,2	C
Barragem Girabolhos	ENDESA	2008	65	368,6	C
Barragem do Alqueva	EDP	2008	35	347,1	E
Sector ENERGIA - GÁS NATURAL	**Concessionário**	**Ano**	**Prazo**	**Activo fixo Líquido* (2008) M€**	
Armaz. Subterrâneo de Gás Natural (Guarda)	Transgás Armazenagem, SA	2006	40	30,0	E
Distribuição Regional de Gás Natural (Lisboa)	Lisboagás GDL Soc. Dist. Gás Natural de Lisb	2008	40	591,8	E
Distribuição Regional de Gás Natural (Centro)	Lusitaniagás - Comp. Gás do Centro, SA	2008	40	296,3	E
Distribuição Regional de Gás Natural (Setúbal)	Setgás - Soc. Prod. Distrib. Gás, SA	2008	40	163,6	E
Distribuição Regional de Gás Natural (Porto)	Portgás - Soc. Prod. Distrib. Gás, SA	2008	40	314,8	E
Armaz. Regasificação de Gás Natural (Sines)	REN Atlântico, SA	2006	40	217,1	E
Armaz. Subterrâneo Gás Natural (Guarda, Pombal)	REN Armazenagem, SA	2006	40	117,7	E
Distribuição Regional de Gás Natural (Beiras)	Beiragás- Companhia Gás das Beiras, SA	2008	40	70,8	E
Distribuição Regional de Gás Natural (Vale do Tejo)	Tagusgás - Empresa Gás Vale do Tejo, SA	2008	40	68,1	E
Gestão Rede Nacional Transporte de Gás Natural	REN Gasodutos, SA	2006	40	771,0	E
Sector ENERGIA - ELECTRICIDADE	**Concessionário**	**Ano**	**Prazo**	**Activo fixo Líquido* (2008) M€**	
Rede Eléctrica Nacional	REN-Rede Eléctrica Nacional, SA	2007	50	1322,7	E
Exploração da Rede Nac. Distribuição de elect.	EDP-Distribuição Energia, SA	2006	35	1851,7	E
Exploração Zona Piloto «produção de energia das ondas do Ma	Enondas, Energia das Ondas, SA	2010	45	n.d	

Fonte: ERSE - Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos / Administrações Regionais Hídricas

C- construção; E -exploração

Gráfico 9.2. Estimativas de Investimentos por subsectores (M €)



Quadro 9.3. Concessões Portuárias

(*) Investimento (preços de 2011)

	Sector Portuário	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento Estimativa* M€
Douro e Leixões	**Terminal de Contentores de Leixões**	Terminal de Contentores de Leixões SA	2000	25	89,0
	Terminal de Carga a Granel de Leixões	Terminal de Carga Geral e de Graneis de Leixões SA	2001	25	53,3
	Silos de Leixões	Silos de Leixões, unipessoal Lda	2007	25	6,7
	Terminal Produtos Petrolíferos	Petrogal, SA	2006	25	n.d.
	Terminal de Granéis Líquido Alimentares	E.D. & F. Man Portugal Lda	2001	15	n.d.
	Terminal Expedição de Cimento a Granel	SECIL - Comp. Geral de Cal e Cimento, SA	2001	15	n.d.
	Serviço de Descarga, Venda e Expedição de Pescado	Docapesca - Portos e Lotas SA	1995	25	n.d.
	Instalações de Apoio à Navegação de Recreio	Marina de Leixões - Associação de Clubes	1985	25	n.d.
	Exploração Turística-Hoteleira	Dourocais - Inv. Imobiliários SA	2001	20	n.d.
	Exploração Restaurante e Bar	Companhia de Cervejas Portuárias, SA	2000	20	n.d.
Aveiro	**Terminal Sul Aveiro**	Socarpor - Soc. De Cargas Portuárias (aveiro), SA	2001	25	8,2
	Serviço de Reboque Aveiro	Tinita - Transportes e Reboques Marítimos, SA	2004	10	3,1
Lisboa	**Terminal de Contentores de Alcântara**	Liscont - Operadores de Contentores SA	1985	57	n.d.
	Terminal de Contentores de Santa Apolónia	Sotagus - Terminal de Contentores de Santa Apolónia, SA	2001	20	78,8
	Terminal Multipurpose de Lisboa	Transinsular, Transportes Marítimos Insulares, SA	1995	15	n.p.
	Terminal Multiusos do Beato	TMB - Terminal Multiusos do Beato Op. Portuárias, SA	2000	20	9,4
	Terminal Multiusos do Poço do Bispo	Empresa de Tráfego e Estiva, SA	2000	20	4,2
	Terminal de Granéis Alimentares da Trafaria	SILOPOR - Empresa de Silos Portuários, SA	1995	30	n.p.
	Terminal de Granéis Alimentares da Beato	SILOPOR - Empresa de Silos Portuários, SA	1995	30	n.p.
	Terminal de Granéis Alimentares de Palença	Sovena Oilseeds Portugal, S.A.	1995	30	n.p.
	Terminal do Barreiro	ATLANPORT - Sociedade de Exploração Portuária, SA	1995	30	n.p.
	Terminal de Granéis Líquidos do Barreiro	LBC - TANQUIPOR, S.A.	1995	30	n.p.
	Terminal do Seixal - Baia do Tejo	Baía do Tejo,S.A.	1995	30	n.p.
Setubal	**Terminal Multiusos Zona 1**	Tersado - Terminais Portuários do Sado, SA	2004	20	13,9
	Terminal Multiusos Zona 2	Sadoport - Terminal Marítimo do Sado, SA	2004	20	16,0
	Terminal de Granéis Sólidos De Setúbal	Sapec - Terminais Portuários, SA	1995	25	8,7
	Terminal de Granéis Liq. De Setúbal	Sapec - Terminais Portuários, SA	2003	25	4,4
Sines	**Terminal Contentores de Sines XXI**	PSA Sines - Terminal de Contentores, SA	1999	30	459,3
	Terminal Multipurpose de Sines	Portsines - Terminal Multipurpose de Sines, SA	1992	25	163,5
	Terminal de Petroleiro e Petroquímico	Petróleos de Portugal - Petrogal, SA	2003	10	n.d.
	Serviço de Reboque e Amarração Sines	Reboport-Soc.Portuguesa Reboques Marítimos, SA	2002	20	n.d.
	Terminal de Granéis Liq. e Gestão de Resíduos	CLT - Companhia Logística de Terminais Marítimos, SA	2008	30	n.d.

Fonte: Administrações Portuárias

n.p. - não previsto; n.d. - não disponível